

QUANTOS VÃO CHEGAR LÁ?

SPL/STOCK PHOTOS



Congelados em clínicas de reprodução, milhares de embriões aguardam um destino

Juliana Vale, de Barcelona

Ao certo, ninguém sabe, mas calcula-se — por baixo — que existam mais de 500 000 embriões humanos congelados em clínicas de fertilização mundo afora. Conservados em nitrogênio líquido, a 196 graus negativos, são, em sua maioria, sobras de tentativas de reprodução assistida que deram certo. Das muitas e complexas questões levantadas pelos avanços da ciência, talvez uma das mais imediatas seja: o que fazer com os embriões não utilizados?

Como existe pouquíssima legislação a respeito e a questão envolve aspectos emocionais, éticos e religiosos dos quais as clínicas e os casais querem distância, as sobras de fertilizações *in vitro* permanecem, por assim dizer, no limbo da reprodução assistida. Alguns embriões serão usados por quem deseja ter mais fi-

lhos, outros — com explícito consentimento prévio — serão doados ou utilizados em poucas e limitadas pesquisas científicas, visto que seu destino mais evidente, os experimentos com células-tronco, ainda patina em tortuosas considerações. Enquanto a maior parte dos países avança lentamente no tema, quando avança, a Espanha, decidida nos últimos tempos a pisar firme em terrenos que a sociedade enxerga como pantanosos, saiu na frente: de 2004 para cá, vem aperfeiçoando um conjunto de leis que, além de incentivar a investigação com células embrionárias, autoriza a “adoção” de embriões não reivindicados nas clínicas, sem qualquer identificação dos doadores, inclusive por mulheres solteiras ou homossexuais — as quais, desde o ano passado, também podem se casar legalmente.

O Instituto Marquès, de Barcelona, foi um dos primeiros a lançar, no fim de

2004, um programa de adoção dos 1 700 embriões “órfãos”, ou seja, ignorados pelos donos por mais de três anos. Noventa candidatas se apresentaram, entre casadas estérteis, solteiras, lésbicas e até ex-freiras. O primeiro fruto foi Gerard, embrião congelado há sete anos e adotado por Eva Tàrrida, que em setembro finalmente conseguiu dar à luz, aos 41 anos. “Resolvemos envolver a sociedade na decisão sobre o que fazer com os embriões”, diz a ginecologista-chefe do Serviço de Esterilidade, Marisa López-Teijón. Segundo ela, menos de 25% dos pacientes manifestam a intenção de manter o congelamento depois dos três primeiros anos. Uma parte ainda menor opta por doá-los à ciência ou destruí-los. A ampla maioria (mais de 60%) se omite. “Quando

CADA CASO, UM CASO

Pouquíssimos governos já voltaram as atenções para o controle da armazenagem de embriões, que não pára de crescer. Eis a situação em alguns países

BRASIL

- Clínicas de reprodução assistida: **150**
- Embriões armazenados: **10 000** oficialmente; cerca de **30 000** de fato
- Prazo máximo de armazenamento: não há
- Destruição: proibida oficialmente, realizada na prática. Os embriões armazenados há mais de três anos que tiverem o aval dos donos podem ser destinados a pesquisa
- Legislação: cinco projetos de lei estão em discussão. O controle, informal, é feito pelo Conselho Federal de Medicina

ESPANHA

- Clínicas de reprodução assistida: **146**
- Embriões armazenados: **30 000** oficialmente; entre **60 000** e **80 000** de fato
- Prazo máximo de armazenamento: não há
- Destruição: permitida, com a autorização dos donos
- Legislação: os responsáveis podem destruir ou doar seus embriões, tanto para pesquisa quanto para qualquer mulher, seja ela estéril, solteira, gay ou idosa



**Gerard,
recém-nascido,
no colo da
médica Marisa:
embrião adotado**

entramos em contato, não respondem, porque qualquer opção terá implicações afetivas. Os pais têm medo de se arrependem ou de ser criticados”, afirma.

No Brasil (veja o quadro), onde existem cerca de 150 clínicas de reprodução assistida, o Conselho Federal de Medicina autoriza que embriões não reclamados após três anos de congelamento sejam doados para pesquisa ou a casais interessados, com autorização dos donos; não admite, porém, sua des-

truição (ou seja: descongelamento e posterior descarte), embora a prática exista. “Trata-se, na verdade, de um pré-embrião, um conjunto de células vivas. Só é vida quando gruda no útero”, justifica Roger Abdelmassih, 62 anos, que está comemorando o nascimento por fertilização in vitro do bebê número 5 000 em sua clínica em São Paulo. Lá, são conservados cerca de 1 500 embriões (a custo zero, ou apenas simbólico); eventualmente, alguns são usados

ESTADOS UNIDOS

- Clínicas de reprodução assistida: **395**
- Embriões armazenados: **400 000**
- Prazo máximo de armazenamento: de três a cinco anos. O prazo é indefinido se os donos arcarem com as despesas
- Destruição: permitida
- Legislação: embriões podem ser doados ou destinados à pesquisa privada (menos no estado de Louisiana), desde que os donos deem autorização

ITÁLIA

- Clínicas de reprodução assistida: **300**
- Embriões armazenados: **24 000**
- Prazo máximo de armazenamento: não há
- Destruição: proibida
- Legislação: desde 2004 é proibido armazenar embriões. Casais em tratamento podem fecundar três óvulos no máximo e tê-los implantados simultaneamente no útero da mãe. Os embriões existentes não podem ser destruídos nem doados

em pesquisas na própria clínica e depois descartados. Com todos os seus pontos positivos, a fertilização artificial também produziu sua cota de emaranhados difíceis de resolver. No começo do mês, a inglesa Natallie Evans, 34 anos, estéril em decorrência de um tratamento de câncer no ovário, perdeu no Tribunal Europeu dos Direitos Humanos seu último recurso para ter acesso aos seis embriões que ela e o ex-noivo, Howard Johnston, tinham congelado em 2000. O casal se separou, ele não quis ter filhos com ela e, como a lei britânica só libera embriões com o consentimento de ambas as partes, Natallie perdeu a batalha legal. “Sempre que um casal desiste de formar família, o futuro dos embriões vira uma incógnita”, diz a bióloga Anna Veiga, umas das diretoras do Centro de Medicina Regenerativa de Barcelona.

Para evitar conflitos, e também reduzir a temível conquanto remota probabilidade de que parentes próximos, ignorantes da sua condição, venham a se unir e ter filhos no futuro, países como Itália e Alemanha optaram por endurecer as restrições. “Na Itália, desde 2004, só heterossexuais com relação estável fazem tratamento”, explica o pesquisador Paolo Vezzoni, do Instituto de Tecnologias Biomédicas Avançadas. Especialistas em reprodução assistida que aceitem pacientes não autorizados (gays, solteiras, viúvas) estão sujeitos a multa de até 400 000 euros, ou mais de 1 milhão de reais. Sempre que a legislação endurece em um país, casais sem a possibilidade de gerar filhos viajam para terras mais liberais — uma espécie de “turismo reprodutivo”, no qual a Espanha é destaque. “Cerca de 15% dos nossos pacientes são de outros países”, informa Amparo Ruiz, diretora do Instituto Valenciano de Infertilidade, que tem até um departamento para atender estrangeiros, com funcionários fluentes em cinco idiomas. Os estoques espanhóis de embriões, espermatozoides e óvulos são fartos e as doações, sigilosas — um atrativo extra para, por exemplo, pacientes da Suécia e da Inglaterra. “Nesses dois países, não se pode doar material biológico anonimamente”, explica Roberto Matorras, presidente da Sociedade Espanhola de Fertilidade. “Os doadores morrem de medo de ter um filho biológico batendo à porta e exigindo amparo econômico no futuro.” Mais um nó por ser desfeito na emaranhada teia dos dilemas éticos e jurídicos do mundo contemporâneo. ■